

DECRETO nº 2.991/2016

CELSO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, nos uso de suas atribuições legais, e

Considerando os requerimentos protocolados sob nºs 721 e 1651, devidamente instruídos com fotos, "croquis", planta de parcelamento de lotes urbanos, que passam a integrar este ato administrativo, firmados por moradores da Rua Projetada Profª Zulmira Moreira de Albuquerque, desta cidade, requerendo melhorias na referida via pública, alegando que adquiriram os terrenos há mais de 16 anos e ali edificaram suas residências;

Considerando a inexistência de aprovação de loteamento urbano pelo município naquela área, objeto da matrícula nº 4.552 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, registrado em nome de Issamu Matida, o município notificou o representante do espólio de Issamu Matida, por carta AR, em 02/05/2016, para apresentar a documentação pertinente à regularização do loteamento (projeto de parcelamento do solo, demarcação dos lotes, disposição de infraestrutura), que passa a integrar este Decreto, todavia, até a presente data, não houve o cumprimento daquela notificação;

Considerando o disposto nos arts. 5º, XXIII e 170, II, da Constituição Federal, que impõe a predominância do interesse público sobre o particular - em respeito ao princípio da supremacia do interesse público - sendo cumprida a função social da propriedade;

Considerando o disposto no art. 177 da Lei Orgânica do Município de Bandeirantes, promulgada em 29/04/2014, estabelecendo que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

Considerando o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 28/2011 (parcelamento de solo para fins urbanos), determinando ao Poder Público Municipal garantir a continuidade do Sistema Viário, através dos instrumentos legais previstos, nas áreas onde houver parcelamentos já aprovados, consolidados ou não;

Considerando que a implantação de arruamento é condição essencial para aprovação do loteamento;

Considerando a obrigatoriedade dos Gestores Públicos zelarem pela predominância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e, sobretudo da moralidade e eficiência, eficácia e efetividade, além da necessidade de zelar pela esmerada aplicação dos recursos públicos,

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado a intervenção na especialidade requisição administrativa pelo Poder Executivo Municipal na área de 1.056,25 m² (hum mil, cinquenta e seis metros e vinte e cinco centímetros quadrados), com a seguinte descrição: "inicia-se no ponto de nº 01 defronte para Rua Joaquim Carreira da Silva, distante 77 metros da Rua Sebastião Evangelista da Silva, aí segue confrontando com terras da Matrícula nº 4.552, num total de 88,02 m (oitenta e oito metros e dois centímetros) até o ponto de nº 02, aí deflete à esquerda e segue confrontando com terras da Matrícula nº 4.552, num total de 12,13 m (doze metros e treze centímetros) até o ponto de nº 03, aí deflete à esquerda e segue confrontando com terras da Matrícula nº 4.552 num total de 88,02 m (oitenta e oito metros e dois centímetros) até o ponto de nº 4, aí deflete à esquerda e segue confrontando com a Rua Joaquim Carreira da Silva, num total de 12,13 m (doze metros e treze centímetros) retornando ao ponto inicial de nº 01, fechando assim um polígono irregular com área de 1.056,25 m² (hum mil, cinquenta e seis metros e vinte e cinco centímetros quadrados)", destacada de uma área maior, a que se refere a Matrícula nº 4.552 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, registrado em nome de Issamu Matida, para abertura do prolongamento da Rua Zulmira Moreira de Albuquerque, localizada no Jardim Yara, ladeando a Rua Joaquim Carreira da Silva, nesta cidade.

Art. 2º Ante a requisição administrativa na especialidade intervenção, fica a Administração Pública, através de Comissão, investida de poderes de gestão amplos, gerais e irrestritos.

Art. 3º - Ao Município, através de sua comissão, caberá executar ações necessárias para a abertura do prolongamento da Rua Zulmira Moreira de Albuquerque, localizada no Jardim Yara, ladeando a Rua Joaquim Carreira da Silva, nesta cidade, bem como implantar as melhorias reivindicadas nos requerimentos já citados, cujas despesas serão cobradas do espólio de Issamu Matida, proprietário da área loteada irregularmente.

Art. 4º - Para a execução dos atos administrativos descritos neste Decreto, fica nomeada a Comissão Municipal, com plenos poderes de administração e execução dos serviços, composta dos seguintes servidores públicos municipais, sob a presidência do primeiro:

- 1) Ruy Robson de Carvalho - Secretário Municipal de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano;
- 2) Julio Cesar de Souza - Secretário Municipal de Administração;
- 3) Antonio Carlos Zanardo - Secretário Municipal de Planejamento;

- 4) Robson Pedroso Martins - Secretário Municipal de Política Habitacional;
- 5) Ademir Donizete da Silva - Diretor de Serviços Urbanos; e
- 6) Carlos Elias Tostes - Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Art. 5º - No exercício de suas atribuições, caberá a referida Comissão a prática de todos e quaisquer atos inerentes à requisição administrativa e regularização das reivindicações dos moradores da área, objeto desta intervenção, dentro do ordenamento emanado pelas legislações em vigor.

Art. 6º - Os recursos financeiros e orçamentários para cobrir as despesas decorrentes do ato de requisição administração, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Município, devendo, caso necessário, ser encaminhado pedido de abertura de crédito adicional suplementar à Câmara Municipal de Bandeirantes.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2016.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal